UNO Sistema de Ensino

Atividades Extras - A escravidão

"Tolhido em suas liberdades mínimas, o negro deveria receber um bom tratamento por parte de seus senhores, uma vez que a ninguém interessava dilapidar o patrimônio, impedindo o escravo de realizar suas tarefas. A legislação, antes portuguesa, depois imperial, teve sempre presente a preocupação de "evitar excessos". Já em 1688, o rei de Portugal recomendava que "se perguntem pelos senhores que com crueldade castigam seus escravos" uma vez que desejava evitar "que os pobres escravos sobre lhes faltar a liberdade, ainda fossem maltratados pelos seus senhores". Para viabilizar sua recomendação, o rei português autorizava denúncias de religiosos contra crueldades no trato dos negros e até mesmo reclamações dos próprios negros.

Leis, portarias e recomendações – no sentido de os castigos aos escravos não serem desproporcionais às irregularidades por eles cometidas – sucedem-se nos séculos subseqüentes. Todas devidamente desobedecidas.

O fato é que para o proprietário de escravos, estes eram vistos antes como propriedade do que como seres humanos. Desta forma, viam-se no direito de descumprir leis que consideravam atentatórias à sua condição de dono; não reconheciam na Coroa Portuguesa autoridade para limitar aquilo que consideravam seus direitos: propriedade absoluta sobre o escravo, condições de vendê-lo e, principalmente, de puni-lo se não estivessem rendendo tudo aquilo que era esperado.

Desta forma pode-se dizer que havia um choque de concepções. De um lado, o interesse do sistema escravista como um todo que procurava estabelecer regras para a relação senhor / escravo. De outro, o senhor concreto que não admitia limitações ao seu direito de proprietário. De uma forma ou de outra, contudo, não se questionava a própria perversidade da relação escravista, direito de um homem ter tanto poder sobre outro.

PINSKI, Jaime. *A Escravidão no Brasil*, Editora Global, São Paulo, 1985 p.p. 43 e 44.

Atividade

Após a leitura do texto, responda as questões abaixo:

a) De acordo com o texto, que conflito pode ser identificado entre Estado e propriedade privada?

b) Qual a visão do senhor em relação às leis do Estado?

c) Faça uma análise dos problemas sociais, econômicos e políticos debatidos pelo texto.

Atividades Extras